

Políticas públicas de gênero na escola: debate e reflexão crítica

Gender public policies at school: debate and critical reflexion

Maria Grazia Cribari Cardoso¹

Andréa Maria Sales²

Ernandes Luiz Tavares da Silva³

Resumo: A questão de gênero e violência contra a mulher, aliada à desigualdade social e ao respeito à diversidade, são temas que mobilizam amplos setores da sociedade. O objetivo do artigo é apresentar a atuação do subprograma Núcleo de Estudos de Gênero e o enfrentamento da violência contra a mulher em uma escola de referência no estado. O programa de formação em gênero da Secretaria de Estado da Mulher de Pernambuco atua no campo da educação formal em todos os níveis de escolaridade com o objetivo de incorporar a discussão de gênero nas escolas e promover a inflexão da cultura patriarcal responsável pelas desigualdades entre homens e mulheres na sociedade. Com base na experiência com o projeto de extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, denominado Observatório da Mulher, cuja ação consistia em acompanhar e avaliar as atividades de um grupo de estudantes, pretendemos apreciar a contribuição e as dificuldades encontradas na sua realização. A metodologia qualitativa norteou a pesquisa por meio de observação de campo e técnicas de entrevista. É importante reconhecer as ações afirmativas do Estado na promoção da questão de gênero nas escolas, considerando que a educação é um fator fundamental no combate à violência contra a mulher e no combate à violência contra a comunidade LGBTQI +. O referido programa amplia o conceito de gênero na escola e privilegia uma visão pluralista e democrática dos alunos da rede pública, em prol da reflexão crítica e da promoção da igualdade.

Palavras-chave: políticas públicas; gênero; escola.

Abstract: The issue of gender and violence against women, together with social inequality and respect for diversity, are themes that mobilize broad sectors of society. The objective of the article is to present the performance of the subprogram Núcleo de Estudos de Gender and the fight against violence against women in a reference school in the state. The Pernambuco Secretariat of State for Women's gender training program works in the field of formal education at all levels of schooling with the aim of incorporating the discussion of gender in schools and promoting the inflection of the patriarchal culture responsible for inequalities between men and women in society. Based on the experience with the extension project of the Federal Rural University of Pernambuco, called Observatório da Mulher, whose action consisted of monitoring and evaluating the activities of a group of students, we intend to appreciate the contribution and difficulties encountered in its realization. The qualitative methodology guided the research through field observation and interview techniques.

¹ Dra. em Antropologia. Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: mariagraziacardoso@gmail.com

² Ms. em Ciência Política. Professora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho (FACHUCA) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL). E-mail: andreasalespr@gmail.com

³ Discente do Curso de Ciências Sociais da UFRPE. Bolsista de Extensão (BEXT/2019). E-mail: tavares79ernandes@gmail.com

It is important to recognize the affirmative actions of the State in promoting the gender issue in schools, considering that education is a fundamental factor in combating violence against women and in combating violence against the LBTQI+ community. The aforementioned program expands the concept of gender in schools and privileges a pluralist and democratic vision of public school students, in favor of critical reflection and the promotion of equality.

Keywords: Magazine EntreAções; Open Access Journal; Extension Actions.

1 INTRODUÇÃO

Políticas públicas de gênero se referem ao planejamento e ações do Estado que reconhecem as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres na sociedade e atuam no sentido de desenvolver programas com foco nas mulheres e na comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais (LGBTQI+) ou para o público em geral, a fim de reduzir as distâncias sociais, promovendo a igualdade entre homens e mulheres ou garantindo os direitos básicos e a justiça social.

No Brasil, a partir da Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing (1995), e do documento em defesa dos direitos humanos intitulado Princípios de Yogyakarta (2006)⁴, juntamente com os movimentos feministas e das lutas sociais diante das sexualidades não hegemônicas para mudar, respectivamente, a condição da mulher e promover o respeito à diversidade no país, foi possível uma mudança ampla na relação Estado - Sociedade, organizando-se compromissos referentes à inclusão da questão de gênero nas políticas públicas e, em especial, ao combate à violência contra a mulher e o respeito à diversidade. Muitos governos estaduais e municipais desenvolveram programas com a inclusão dessas dimensões, focalizando o empoderamento feminino ou a superação das desigualdades de gênero na sociedade brasileira e o combate à discriminação contra pessoas com orientação sexual diferenciada (FARAH, 2004).

Desde 2014, uma agenda retrógrada vem se aplicando no país: o golpe jurídico parlamentar e midiático destituiu a primeira presidenta do Brasil, retirou-se o conteúdo de gênero do Plano Nacional de Educação e houve a tentativa de implantação de um programa neoconservador na educação através do movimento

⁴ Os Princípios de Yogyakarta são um documento que estabelece os preceitos sobre direitos humanos nas áreas de orientação sexual e identidade de gênero.

escola sem partido⁵. Simultaneamente, as câmaras municipais e assembleias estaduais aprovaram leis que proibiram o debate e o uso do conceito de gênero nas escolas públicas.

Setores neoconservadores da sociedade brasileira colocaram na cena política brasileira ‘o combate à ideologia de gênero’ como uma prioridade. Nas políticas de educação, a visão de ‘ideologia de gênero’⁶ veio obstaculizar os avanços nas políticas públicas de educação sobre o gênero e no combate ao preconceito e discriminação das diversidades sexuais escola (CORRÊA, 2021; RIGUEIRA JUNIOR, 2017; FURLANI; DIP, 2016; BIROLI, 2015).

Dessa forma, as políticas de gênero nacional sofreram uma regressão e isto impactou os estados federativos. Porém, em Pernambuco, as forças progressistas souberam aproximar o governo das posições dos movimentos feministas e do meio acadêmico e escolar e o programa “Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a mulher” manteve-se fortalecendo a parceria Estado - Sociedade. O programa visa:

a criação, fortalecimento e articulação de Núcleos de Estudos nas redes de ensino (fundamental, médio e superior) para estimular a reflexão sobre gênero e violência contra as mulheres, de modo a ampliar o conhecimento e as informações relevantes para as políticas públicas e o enfrentamento da violência de gênero (SECRETARIA DA MULHER DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2018).

O programa almeja propiciar a reflexão de gênero, do combate à violência contra a mulher e do respeito à diversidade sexual, atuando na rede de ensino público para avançar na busca da igualdade, promovendo a reflexão sobre a cultura patriarcal⁷ e a inflexão dos comportamentos machistas e sexistas presentes na escola.

⁵ Escola sem partido é um movimento político que tem como objetivo implantar uma agenda retrógrada e conservadora na educação brasileira com foco no combate aos estudos de gênero nos ambientes escolares e universitários.

⁶ Segundo Furlani e Dip (2016) o termo ‘ideologia de gênero’ advém de setores conservadores da igreja católica e divulgado no Brasil a partir do movimento pró-vida e pró-família que veem a discussão sobre diversidade sexual e gênero na escola como algo ‘que visa destruir a família’ tradicional.

⁷ Utilizamos a expressão cultura patriarcal na mesma acepção feminista de patriarcado. Designa uma configuração social que favorece a dominação masculina e opressão das mulheres e de orientações sexuais não heterossexuais.

Este artigo objetiva refletir sobre o programa “Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a mulher” (SecMulher/PE) a partir dos resultados do Projeto de Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), intitulado **Observatório da Mulher**. O objetivo do projeto foi realizar atividades de acompanhamento e apoio ao núcleo de gênero e enfrentamento à violência contra a mulher na Escola Estadual de Referência Professor Cândido Duarte - PE.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia qualitativa orientou a pesquisa. As técnicas utilizadas foram a observação participante durante o acompanhamento e apoio das atividades e entrevistas com a professora e coordenadora do núcleo de gênero e a diretora da escola. Também realizamos debates e realizamos entrevistas com os estudantes. Para a análise dos dados, usamos o método de interpretação de sentido com a construção de categorias utilizadas pelos entrevistados, buscando os conteúdos dos textos nos seus contextos, revelando as relações existentes e os seus significados para gerar análises mais ricas e aprofundadas (GOMES, 2007).

A partir dessa experiência avaliamos os problemas e a importância das atividades do Núcleo de Gênero na escola naquele momento político, considerando que sua atuação permitiu a continuidade da reflexão crítica e mobilizadora sobre o tema.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO

Tomamos a política pública como política de Estado. Nesse sentido, nos mobilizamos para identificá-la com a luta política mais global da sociedade, razão pela qual ingressamos numa discussão na qual o Estado materializa funções e mostra contradições da própria sociedade.

Entendemos que o Estado é a sociedade política mais a sociedade civil (COUTINHO, 1981). São duas esferas que se relacionam com funções diferentes. A sociedade política se associa aos aparelhos de repressão do Estado - exército,

burocracia, administração pública, etc. -para garantir uma relação de dominação sobre os grupos sociais. Por sua vez, a sociedade civil - escola, igreja, imprensa, sindicatos, organizações profissionais, instituições culturais, movimentos sociais, etc. - é o lugar em que se expressam o pluralismo dos sujeitos coletivos.

No campo do aparelho de Estado onde se elabora a política pública, portanto, observam-se luta de classes, disputas por projetos, concepção de homem, de mulher e de sociedade, conforme observações de Saviani, Dourado e Araújo Filho (2014). Nesse sentido, as disputas que iluminam a política pública expressam as disputas sociais de classes, de gênero e de raça que se reproduzem em condições de desigualdades, no que diz respeito à apropriação do conhecimento, financiamento da educação, partilha das verbas públicas, valorização da mulher, da comunidade LGBTQI+, da população negra nos diversos campos sociais e profissionais, etc.

A política pública, portanto, é parte de um projeto de sociedade que se realiza por meio do Estado e, neste, há disputa pela hegemonia, isto é, o predomínio de uma determinada posição política. Para se tornar força política com poder de representação e influência nos projetos e programas do Estado, é fundamental organização e mobilização, pois é assim que se transforma a demanda pela redução das desigualdades sociais em política pública. A escola, com base em novas agendas, passa a ser alvo das políticas públicas e, com isso, a questão de gênero e violência contra a mulher, bem como os temas da desigualdade social e da diversidade, começaram a ser discutidos nela (AZEVEDO, 2001; 2004).

A presença de políticas públicas na escola indica o cuidado com o cidadão beneficiário. Ao mesmo tempo, a formação do cidadão ativo busca livrá-lo de práticas discriminadoras e violentas, abraçando a luta pelo ideal democrático na esfera da sociedade civil e na sua vida cotidiana. A educação tem a capacidade de ensinar ideais humanísticos, como também o aprendizado de valores culturais (FREIRE, 1983) tais como emancipação política e igualdade de gênero.

A inclusão da discussão acerca das políticas públicas de gênero e da violência contra a mulher se mostra necessária considerando o alto índice de feminicídio no

estado de Pernambuco e no Brasil⁸, bem como a dificuldade do Estado de enfrentar esse problema. Mesmo que as mulheres e a comunidade LGBTQI+ tenham ampliado seus direitos e participem coletivamente das lutas sociais, tais direitos se tornam insuficientes diante da crescente violência doméstica e do preconceito. Parte considerável da sociedade ainda conserva um posicionamento contrário às expressões de gênero, fomentando o preconceito contra mulheres, homossexuais, transexuais, etc.

Ao longo da história, as mulheres e grupos homossexuais lutam em uma sociedade patriarcal para serem reconhecidas como sujeitos políticos e detentores de direitos. Políticas públicas de gênero e de combate à violência contra a mulher e à homofobia se mostram necessárias diante das desigualdades que persistem.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Mesmo que as mulheres e a comunidade LGBTQI+ tenham ampliado seus direitos e participem coletivamente das lutas sociais, muito ainda terá que ser realizado para alcançarmos a igualdade de gênero e o respeito à diversidade na sociedade brasileira.

Parte considerável da sociedade ainda conserva um posicionamento contrário às diferentes expressões de gênero, além da violência contra a mulher e do feminicídio.

Como apontado anteriormente, o ancestral patriarcalismo sempre moveu as mulheres em busca de seus direitos e reconhecimento enquanto sujeitos políticos. Atuar para reduzir a assimetria entre homens e mulheres é papel do Estado e inserir o debate no âmbito da educação de adolescentes é fundamental para o desenvolvimento de relações mais igualitárias de gênero e para promover o respeito à diversidade sexual. Apesar do avanço do estabelecimento de políticas de diferença

⁸ Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021, p. 94), “Em 2020 o país teve 3.913 homicídios de mulheres, dos quais 1.350 foram registrados como feminicídios, média de 34,5% do total de assassinatos”.

para correção das desigualdades estruturais entre homens e mulheres, as ideias patriarcais ainda estão vivas.

A ação do projeto de extensão **Observatório da Mulher** consistiu em acompanhar e apoiar as atividades do núcleo na escola, contribuir para os eventos sobre o tema, organizados na forma de seminários e outras atividades produzidas no seu âmbito. O educandário alvo da ação funciona em tempo integral por meio de uma parceria entre a UFRPE e o Governo do Estado desde 2010. A escola é do ensino médio e também é campo de estágio docência de diferentes cursos de licenciatura da UFRPE. Dessa forma, a escola e seus estudantes participam de práticas pedagógicas inovadoras e de projetos (de ensino, pesquisa e extensão) da universidade, levando temáticas que incluem gênero, meio ambiente, entre outras. Os projetos acadêmicos são bem-vindos à gestão da escola, sendo considerados positivos pelos gestores, professores e estudantes por oferecerem atividades didáticas e pedagógicas para além do currículo formal, contribuindo para o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões. Estes fatos tornaram a escola muito peculiar no desenvolvimento da ação naquele momento.

A participação dos estudantes nas atividades do núcleo da escola é ‘eletiva’, segundo as gestoras da escola. Em princípio, não tem uma série específica, mas em 2019 os eventos foram focados para o segundo ano do ensino médio.

Iniciamos nossa avaliação pelo ‘chão da escola’, ou seja, a infraestrutura. Os núcleos padecem dos problemas que afligem as escolas públicas no Estado: a insuficiência de salas de aula e de apoio, assim como escassos recursos técnicos para realização das atividades na escola (data-show, notebook, copiadoras para reprodução de textos, etc.). Os dados do Censo Escolar (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2020) revelam que, apesar do acesso à internet e à banda larga ser mais abrangente no ensino médio do que no fundamental, a internet para uso no ensino-aprendizagem, na rede estadual é de 72,9% e, para os estados no Nordeste, o percentual reduz-se para 61,1%. Esta realidade da escola pública brasileira nos faz refletir acerca da importância da assegurar que os estudantes tenham condições básicas capazes de favorecer a aprendizagem.

A adesão dos professores e dos estudantes ao núcleo de gênero é voluntária e, não obstante o núcleo esteja sempre em funcionamento, observamos uma rotatividade muito grande de professores, coordenadores e diretores. Em outros projetos de extensão desenvolvidos, tivemos a oportunidade de verificar a mudança quase que anual do quadro docente responsável pelo núcleo e pela escola. A ausência de formação dos/as professores/as em conteúdo de gênero é apontada pelos gestores como mais um obstáculo ao funcionamento do núcleo e promover a interdisciplinaridade na escola é um recurso utilizado para o avanço do debate e das ações. Nas palavras da coordenadora do núcleo:

Eu dialogo (...) com, por exemplo, a professora de filosofia, então a gente conversa muito. Ela já discutiu feminismo com as turmas. É num contexto histórico, filosófico, então veja como consegue integrar tão bem né. Eu poderia fazer um trabalho com os professores de matemática e fazer estatísticas em todos os pontos, estatística de violência, estatística de desemprego da mulher na sociedade. Então é possível discutir com todas as disciplinas que eu gosto muito de trabalhar aqui. É porque o grupo de professores, nós temos aqui uma população muito boa, um diálogo quando a gente quer fazer um coletivo [...]. (COORDENADORA DO NÚCLEO DE GÊNERO).

Além das atividades desenvolvidas a partir das diversas disciplinas, as ações didáticas desenvolvidas pelo núcleo são diversificadas e ampliam a capacidade do ensino-aprendizagem. O uso de metodologias alternativas é atrativo aos estudantes na medida em que as ferramentas audiovisuais e as ferramentas pedagógicas de integração humana favorecem o diálogo entre os participantes do núcleo.

Elas envolvem palestras, seminários, cine debates, dinâmicas de grupo, oficinas, arte e discussão que são desenvolvidas em salas de aula no espaço da escola ou em auditórios localizados em outras instituições. Os eventos são organizados pelo próprio núcleo no espaço da escola ou pela secretaria da mulher e, nesse caso, acontecem fora do ambiente escolar. Embora a diretora da escola e a coordenadora do núcleo afirmem que “fazem suas atividades normalmente independente de espaço”, quando as atividades do núcleo são desenvolvidas fora do espaço escolar enfrentam problemas com o deslocamento, tendo em vista que a escola não tem transporte próprio ou a Secretaria da Mulher não o oferece.

Entre as metodologias alternativas utilizadas no núcleo de gênero na escola, o cine-debate é uma das que mais mobilizam a discussão em torno do tema porque ela cria oportunidade de reflexão pessoal e coletiva e de transgressão de ideias e de

preceitos sociais estabelecidos através da dimensão artística e emocional. O cinema não é apenas uma atividade educativa que complementa a sala de aula, é uma forma de ‘desaprender’ ou repensar noções correntes sobre valores sociais que aprendemos cotidianamente. Assim, ele contribui na escola não só para passar conteúdos complementares, mas também corroborando a formação de estudantes como agentes de mudanças políticas e sociais, por meio do pensamento crítico e, conseqüentemente, promovendo a mudança da sociedade. Então, o cinema opera no sentido da mudança social quando ele nos faz refletir sobre nós mesmos e sobre a sociedade, desestabilizando conceitos e preconceitos estabelecidos (XAVIER, 2008; FRESQUET, 2016). No que diz respeito ao debate de gênero e combate à violência contra a mulher e à promoção da diversidade, desconstruir o senso comum sobre relações de gênero é fundamental num contexto local com tendências histórico-sociais de patriarcalismo (CARDOSO *et al.*, 2017).

É unânime a opinião das gestoras do núcleo de que as adolescentes são mais participativas nos eventos e que elas se envolvem e debatem muito mais, enquanto os adolescentes são sempre apontados como promotores de visões e episódios de preconceito. Nas palavras da coordenadora:

As meninas sempre mostram mais interesse. Eu vou tirar pela eletiva, participam mais, estão mais presentes, discutem, querem fazer tudo e sugerem, fazem várias sugestões. Do núcleo ano passado eu não sei como era, mas eu acredito que deva ser a mesma coisa. Existe um preconceito muito grande por parte dos meninos de achar que discutir gênero é coisa de mulher, e acham que discutir gênero é pra acalmar mulher, eu escutei isso de um menino do primeiro ano. Ele disse: ah, bota essa menina aí da bagaceira pra discutir, bom seria essencialmente pra ele (COORDENADORA DO NÚCLEO DE GÊNERO).

Certamente, a ‘cultura patriarcal’ ainda é muito viva e se reproduz na escola e fora dela. Esse fato é perceptível, por exemplo, no feminicídio e nos assassinatos de homossexuais que sempre apresentam altos índices no Estado.⁹ Durante a realização de um cine-debate, após a exibição de um documentário sobre o trabalho doméstico feminino, um estudante revelou seu desprezo pelo tema: “Favor lembrar que uma mentora do feminismo Simone (sobrenome francês) era uma pedófila. Vocês são repugnantes”. As ideias conservadoras continuam atuando. Entre a população

⁹ De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021, p. 79), “Pernambuco ocupa a posição de unidade da federação com maior número de registros de homicídios LGBTQI+ no país”.

local, o patriarcalismo continua vivo e o movimento neoconservador segue atacando projetos mais democráticos para a educação. Políticas públicas de educação e gênero contrariam os fundamentos dos preconceitos de gênero estabelecidos na cultura local.

Porém, justamente quando uma agenda tradicionalista se aplicou no país e com a retirada do conteúdo de gênero do Plano Nacional de Educação (2014) e a tentativa de implantação de um programa educacional neoconservador e da proibição do uso e do conceito de gênero nas escolas por municípios do Estado -, o núcleo de estudo de gênero e enfrentamento da violência contra a mulher na escola seguiu funcionando e acolhendo alunos e professores dispostos a discutirem o tema.

Embora sejam os adolescentes que se apresentam aos gestores como um grupo mais suscetível a preconceitos sobre gênero e diversidade sexual, quando solicitados a participar da apresentação e debate do vídeo documentário “O silêncio dos homens”, que convida o público a refletir sobre a masculinidade, não fugiram ao tema e construíram uma troca de ideias significativa entre eles e o monitor da atividade.

Segundo Fresquet (2013), o cinema educativo provoca o público a relativizar seus valores sociais, fá-los vivenciar e refletir criticamente através da teatralização dos conceitos, dos preconceitos, princípios morais e valores sociais que regem o comportamento, mas que não reconhecemos na vida. Ele provoca a desconstrução do senso comum e coloca a possibilidade da construção de uma visão mais ampla e democrática das relações humanas.

Figura 1 - Alunos da EREM Professor Cândido Duarte no cine-debate promovido pelo núcleo de enfrentamento e combate da violência contra a mulher da escola



Fonte: arquivo do projeto de extensão.

Os problemas que afligem os núcleos de gênero na escola denunciam os conflitos da escola pública no Nordeste e no Brasil. Os obstáculos são muitos e de muitas ordens: desde problemas de infraestrutura da escola, passando por carência de recursos didáticos tecnológicos até a precarização e rotatividade do trabalho docente.

É importante reconhecer as ações afirmativas do Estado em promover o debate de gênero e da diversidade nas escolas e ampliação do enfrentamento da violência contra a mulher e grupos LGBTQI+ desde a adolescência e no ensino formal. O núcleo de gênero proporciona aos estudantes um debate geral desde os conceitos de gênero e as mais variadas temáticas que decorrem dele, como por exemplo: sexualidade, trabalho, participação política, educação e a violência contra a mulher, ou seja, agrega múltiplas discussões. O núcleo, além de incluir esta temática para os estudantes, sobretudo, expandiu o público alvo da ação atingindo a gestão e os professores de diferentes disciplinas.

O subprograma Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a mulher segue se consolidando nas escolas e vem contribuindo na reflexão sobre as concepções tradicionais de gênero proporcionando oportunidade de reflexão crítica e reavaliação dos valores sociais conservadores. Suas ações favorecem um

pluralismo de ideias sobre gênero contribuindo para a formação de adolescentes mais democráticos e menos violentos em se tratando de gênero, diversidade e desigualdade.

No âmbito das disciplinas formais, favorece a criatividade do professor e estimula a interdisciplinaridade promovendo cooperação no trabalho docente. No que diz respeito ao uso de metodologias alternativas, favorece o diálogo no ensino e prepara o jovem para a vida. Facilita e ampara o/a estudante no processo de desconstrução, reavaliação e criação de ideais humanísticos que primam pela igualdade e a diversidade de gênero na escola e na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, portanto, se organiza no aparelho de Estado como um campo estratégico que expressa o poder político também pelo modo de produzir o discurso sobre desigualdade e diversidade de gênero na escola, na prática pedagógica, e nos conjuntos de técnicas de saberes e de fazer a relação escola e comunidade. O núcleo de gênero seguiu atuando numa circunstância em que se desarticulavam os debates no Estado e fragilizam-se os segmentos mais combativos da sociedade civil. Proporcionar o debate crítico acerca das desigualdades entre homens e mulheres através de políticas públicas de combate à violência contra a mulher, bem como promover a equidade entre os gêneros na escola, apresentava-se como um desafio para a instituição e para o projeto de extensão.

O núcleo de gênero soube promover, naquele momento, seus objetivos, ampliando o tema, ampliando o conceito de gênero na escola e favorecendo uma visão pluralista e democrática dos/das estudantes através da reflexão crítica e estimulando a desconstrução e a formação de novos valores sobre gênero, diversidade, etc. Ao mesmo tempo, diversificou as metodologias de ensino-aprendizagem e a interdisciplinaridade. O núcleo na escola cumpriu seu papel de construir formas de pensamento e consolidar posturas democráticas sobre gênero.

Agradecemos aos estudantes, professores e gestores da Escola Estadual Cândido Duarte. O presente trabalho foi realizado com o apoio da UFRPE através do edital de extensão Bext - 2019.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L.; AGUIAR, M. A. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED. **Educação e Sociedade**, ano XXII, n. 77, dez. 2001. DOI [10.1590/S0101-73302001000400004](https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000400004). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Wcd8Kv98FVHH6TzLTrvWDmd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2022.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 56).

BIROLI, F. **Quem ganha com a onda ultra-conservadora que ameaça a democracia no Brasil?** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/flavia-biroli-quem-ganha-com-a-onda-ultra-conservadora-que-ameaca-a-democracia-no-brasil>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CARDOSO, M. G. C. *et al.* Cinema digital na promoção da igualdade de gênero na escola. **Revista Online de Gestão e Política Educacional**, v. 21, n. esp., p. 665-675, out. 2017. DOI [10.22633/rpge.v21.n.esp1.out.2017.10428](https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n.esp1.out.2017.10428). Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10428/6802>. Acesso em: 20 jan. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar 2020**. Resumo Técnico. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CÔRREA, S. Ideologia de gênero: assim surgiu o espantalho. **Revista Cult**, 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/direita-assanhada/ideologia-de-genero-assim-surgiu-o-espantalho/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SAVIANI, D.; DOURADO, L. F.; ARAÚJO FILHO, H. Entrevista. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 15, jul./dez. 2014. DOI [10.22420/rde.v8i15.439](https://doi.org/10.22420/rde.v8i15.439). Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/439>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004. DOI [10.1590/S0104-026X2004000100004](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004/7943>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FRESQUET, A. **Cinema e educação: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e “fora da escola”.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FURLANI, J.; DIP, A. **Existe “ideologia de gênero”?** Agência de Jornalismo Investigativo. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/> Acesso em: 20 jan. 2022.

GOMES, R. Análise de dados em pesquisa qualitativa. *In: SOUZA, M. C. et al. Pesquisa social. Teoria, método e criatividade.* 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 67-80.

RIGUEIRA JUNIOR, I. Pesquisadora de gênero denuncia movimento neoconservador. **SBPC na UFMG**, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/sbpcnaufmg/pesquisadora-de-genero-denuncia-movimento-neoconser>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SECRETARIA DA MULHER DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Gerência de Formação em Gênero (GEFG).** Programa de Formação em Gênero no Ensino Formal. Disponível em: <http://www2.secmulher.pe.gov.br/7web/secretaria-da-mulher/programa-e-formacao-em-genero-no-ensino-formal>. Acesso em: 20 jan. 2022.

XAVIER, I. Um cinema que “educa” é um cinema que (nos) faz pensar. **Educação & Realidade**, v. 33, n. 1, p. 13-20, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6683/3996>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Trabalho submetido em: 3 jul. 2021.

Aceito em: 3 jan. 2022.

 **UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI**
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

Av. Tenente Raimundo Rocha nº 1639
Bairro Cidade Universitária - Juazeiro do Norte - Ceará - CEP 63048-080

 ufca.edu.br



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).


diálogos em extensão

 proex.ufca.edu.br

 periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/entreacoes

 +55 (88) 3221-9286

e-ISSN 2675-5335